

Não basta dizer que se quer resolver os problemas...

## É TEMPO DE AGIR!

No passado dia 30 de Abril a AP foi recebida em audiência por S. Ex<sup>a</sup> o Chefe do Estado-Maior da Armada, ALM Saldanha Lopes. Para além da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, a delegação da AP teve a oportunidade de transmitir alguns dos problemas que tanta preocupação e ansiedade geram no seio da classe.

**PROMOÇÕES** – Conforme consta na 1ª Alteração ao Orçamento de Estado de 2012, poderão ocorrer durante o presente ano promoções aos militares das Forças Armadas, desde que sejam cumpridos determinados requisitos, tais como, desde que haja parecer prévio dos Ministros das Finanças e da Defesa e que essas mesmas promoções sejam justificadas quanto à sua necessidade. Acresce ainda que tais promoções não podem resultar em aumento da despesa com pessoal nas entidades em que elas ocorram, e que os efeitos remuneratórios das mesmas só produzem efeito no dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção.

Esta situação preocupa a AP em especial, no sentido de a ocorrerem promoções, que sejam abrangidos todos os militares que cumpram ou já tenham cumprido as condições gerais e especiais para a sua promoção, independentemente da classe ou categoria a que pertencem. Na classe de praças, as promoções são maioritariamente por diuturnidade exceto a promoção a Cabo que se efetua por antiguidade. Neste contexto, tendo em conta que o tempo de serviço prestado em 2012 releva para efeitos de promoção, a AP não vê outra alternativa que não seja a promoção de todos aqueles que tenham atingido ou venham a atingir em 2012 o tempo de serviço necessário para a respetiva promoção ou que, tenham ou venham a ter vacatura para promoção ao posto de Cabo. Por outro lado também deveriam ser salvaguardadas as situações relativas ao universo dos demorados/preteridos, nos mesmos moldes da cláusula de salvaguarda prevista na LOE2011.

**REDUÇÃO DE EFETIVOS** – Esta matéria foi abordada por ter sido uma imposição do memorando da "troika", onde é imposta a redução de pelo menos 10% nos efetivos nas Forças Armadas entre 2011 e 2014. Como se chegou a esta percentagem é um assunto ainda não esclarecido, no entanto é bem real e preocupante. Tendo em conta que em 2011 houve uma redução de 3.000 efetivos do Regime de Contrato, a questão que se coloca é se esta redução já está incluída na percentagem atrás referida. Se assim não for, corremos o risco sério de termos umas FFAA sem recursos humanos suficientes para o normal desempenho das várias missões que lhes estão atribuídas, nomeadamente na área operacional. Sobre esta matéria o ALM CEMA não vê motivos de maior preocupação uma vez que, com a redução efetuada em 2011 os quantitativos de pessoal na Marinha estão dentro dos valores assumidos. Porém a dificuldade de rendição de praças em algumas especialidades nos meios navais é uma constatação.

**FINANCIAMENTO ADM** – Tendo em conta que está suspenso o desconto sobre o SCM para reforçar o financiamento para ADM, a AP questionou o ALM CEMA no sentido de saber quais as medidas que estão a ser propostas de forma a solucionar esta problemática. É do entendimento do ALM CEMA que qualquer medida que venha a ser implementada não poderá ser onerosa para os militares, mas sim para entidade empregadora.

### CONCURSO PARA ADMISSÃO AO QUADRO PERMANENTE DE PRAÇAS

– Foi recentemente alterada a Portaria que estabelece as normas para o Concurso ao QP de Praças da Armada. De acordo com a proposta apresentada pela AP em 2011, a alteração à referida portaria, permite aos 2ºs MAR's habilitados com o CPM concorrerem e os limites de idade estão faseados entre 2012 e 2014. Embora positiva, esta alteração peca por tardia, pois o limite de idade para concurso em 2011 foi de 26 anos penalizando fortemente os militares que estavam no último ano de contrato. Se esta alteração tivesse sido efetuada em 2011, como a AP sugeriu, não teria havido mais uma injustiça a juntar a tantas outras que têm acontecido.

### PEDIDOS PARA PASSAGEM À RESERVA

– A passagem à reserva ao abrigo da alínea b) do Art.º 152º do EMFAR é normalmente aceite ou não aceite de acordo com as necessidades/existências de pessoal relativamente à data em que é requerida. Esta situação provoca algu-

mas injustiças pois a aceitação ou não depende de algo que o requerente não tem conhecimento. Para que este processo se torne mais justo, a AP propôs ao ALM CEMA que sempre que o militar solicite a passagem à reserva seja inscrito numa listagem ordenada por data de entrada do requerimento na DSP-RSP, a ser divulgada através da página da Intranet da Marinha para que, logo que surjam condições favoráveis, o seu requerimento seja aceite.

Esta proposta obteve por parte do ALM CEMA uma boa aceitação referindo que poderá ser uma forma de tornar o processo mais transparente.

### PROPOSTA

**Limites de idade  
para comissão  
de embarque  
e serviço de escala**

**Continua sem resposta  
há 802 dias**

### APLICAÇÃO ESTATUTO DO DIRIGENTE ASSOCIATIVO

– Com alguma regularidade, os Comandantes, Diretores ou Chefes desconhecem que têm sob as suas ordens militares que têm direitos e deveres resultantes da aplicação do Estatuto do Dirigente Associativo. Esta situação deverá ser evitada uma vez que a constituição dos Órgãos Sociais da AP é do conhecimento do EMA. A AP solicitou ao ALM CEMA para que, através dos canais que julgue mais apropriados, faça chegar aos Comandantes, Diretores ou Chefes das Unidades, a informação de que o militar aí colocado é Dirigente Associativo.

### SISTEMA REMUNERATÓRIO

– Este é um assunto que a AP já tinha abordado na anterior audiência, no entanto nada foi alterado. Salvo melhor opinião, a transição para o Novo Sistema Remuneratório não foi bem implementada causando graves atropelos no que à antiguidade diz respeito. Foram prejudicados cerca de 1.200 Praças (1ºMAR's e CAB's) que nos respetivos postos tenham o seu vencimento diferenciado consoante a sua antiguidade e que neste momento veem os camaradas mais modernos diferenciados de 15 anos no posto exatamente na mesma Posição Remuneratória (PR2). Como exemplo Esta situação parece-nos inadmissível tendo em conta a aplicação da lei, nomeadamente no que às normas de transição diz respeito. Sobre esta matéria a AP disponibilizou, uma vez mais, ao Gabinete do ALM CEMA um Dossier elaborado em 2010 onde é retratada e justificada a posição da AP nesta matéria.

Por outro lado, embora tratando-se de uma questão diferente, foi publicada em janeiro deste ano nova listagem de posicionamento dos militares referida ao ano de 2010. Nessa lista existem militares que foram posicionados em PR superiores às que detinham, no entanto, embora tenham sido colocados nessas novas PR em fevereiro último, ainda não lhes foi pago os respetivos retroativos.